



REDACTOR PRINCIPAL  
**Alexandre Vieira**

EDITOR  
**João Cardoso**

Propriedade da União Operária Nacional  
(Formulário da lei que regula a liberdade de imprensa)

Officinas de Impressão — R. da Batalha, 154

Redacção e administração — Calçada do Combro, 38-A, 2.º  
Lisboa — PORTUGAL

End. telegr. Talhada — Lisboa • Telefone 17

# A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

## OITO HORAS DE TRABALHO

Andou reclamado vistosamente a imprensa o decreto em que para o operariado se limitava em oito horas a duração diária do labor. Tratava-se, evidentemente, duma reforma de natureza social. Quere dizer, o governo, esquecendo por momentos os interesses burgueses que tem por missão salvaguardar, aproximava-se das aspirações operárias e parcialmente as satisfazia. De bom grado?

É lícito duvidar disso. Os governos nalguma força se não de apoiar para se manterem. E da burguesia, por enquanto, a força maior, e, em consequência disso, são os interesses burgueses em regra os defendidos. Mas, com o andar dos tempos, entrou a oscilar a balança social, outrora imobilmente inclinada para o lado do capital. Entrou a oscilar, porque o trabalho vai demonstrando, aos cegos por fatalidade de condição, e aos cegos por conveniência própria, o seu valor. O trabalho é realmente uma força, não convencional, como a do dinheiro, mas real e insubstituível. Durante a guerra, várias oportunidades teve essa força de acentuar-se, não podendo manter-se as nações sem o alceire indispensável da produção. Ora, sendo o trabalho uma força já evidenciada, forçoso era que os governos a tomassem em conta e cedessem um pouco. O menos possível, é certo, mas os governos vão realmente cedendo, a evitar a inversão do original equilíbrio daquela balança social acima aludida. Por modos que não pode considerar-se espontânea generosidade o reclamado gesto do actual governo, tornando legal a jornada de oito horas, conseguida já, mesmo sem intervenção governamental, por algumas classes, e de há muito reclamada insistentemente por outras.

Empurrado pelas circunstâncias para o caminho de concessões, escolheu o governo a mais propícia ocasião para fazê-las — vésperas de eleições. Sempre um ou outro tremalhado pacóvio se escagarrinharia de consolo ante aquela beleza de governo, que generosamente concedia aquilo que não podia recusar, e iria despejar na urna a expressão da sua parvoíce, sob a forma dum voto à situação. É certo que o decreto das oito horas partiu da iniciativa dum ministro que, ainda antes das eleições, abandonou o ministério. Mas se os restantes ministros do governo discordavam do critério do colega demitido, reservando-se a ideia de lhe anular a obra, podiam tê-lo honestamente declarado logo, antes de realizado o acto eleitoral, acto que, mesmo a despeito d'este e doutros estratagemas, resultou um fracasso vergonhoso da política pelotiqueira decorrente.

O averiguado é que, feitas as eleições, mil obstáculos se apresentam a contrariar a entrada em vigor do famoso decreto das oito horas. Sabe-se demais qual a natureza desses obstáculos. E a Associação Commercial, é a Associação Industrial, é quanto grémio de desalmados exploradores praí se fundou, a reclamar contra o decreto. E o governo, tendo já constituído a seu gosto a parceragem de S. Bento, retrocede, falseia e pranta-se de cócoras ante as poderosas influências dos que tem dinheiro — o dinheiro que as massas produtoras se extorquiu, ou pela roubalheira dos salários míseros, ou pelo açambarcamento e especulação nas vendas leoninas dos artigos necessários.

Anunciou-se primeiramente para o dia 1.º de Maio o início da vigência do decreto. Por merecê de desconheci das diligências, adia-se a coisa para 19 de correntes. Aproxima-se o dia e eis que uma nova prorrogação é superiormente determinada, uma prorrogação de 30 dias mais, pela qual se transfere para fins de Junho a data em que o horário novo valerá. O fator de todos estes adiamentos, sabe-se bem, é o desagradado, é a ventura torcida das entidades preponderantes na finança. Ora nada autoriza a supor que desapareça

## NOTAS & COMENTARIOS

### No front de S. Facundo

Muitos dos nossos leitores desconhecem talvez as importantes operações militares de que é teatro a freguesia de S. Facundo, proximidades de Abrantes, se nos não enganham as nossas reminiscências corográficas. Pois já dessas operações pode dar ideia o comunicado a seguir transcrito, com que ontem topámos em A Vítima:

S. FACUNDO, 15. — Chegaram hoje 110 praças, sob o comando do alferes Barbas, para combater a praga dos gajanhotos, que está danificando assistidamente as searas.

Os gajanhotos são realmente uma praga de meter medo. Enigramam em bandos de milhares, e despenham-se, vorazes, sobre as nabiecas de cada um, devastando culturas inteiras. Bem avisado andou portanto o governo enviando a S. Facundo uma centena de praças sob o comando do alferes Barbas, oficial cuja presença só por si bastaria, se o físico corresponder ao apêlido, para pôr em fuga algumas centenas dos saltantes saltadores. Os soldados, valendo-se de metralhadoras e formando quadrado, provável é que alguns progressos façam no sentido de fazer recuar o inimigo, conjecturando-se facilmente que alguns gajanhotos terão sido aprisionados em explorações noturnas que os gases asfixiantes secundário. Os portugueses souberam submeter já a Índia orgulhosa, a África insurrecta, a Pérsia e a Arábia. Derrotaram Castela, venceram a Alemanha. Pois esta nova vitória sobre o gajanhoto rebelde em breve ficará nos nossos gloriosos annais. Preparemo-nos para a próxima distribuição de condecorações.

### Pauvrete oblige

Enviou-nos o Ginásio Club Português um cartão de convite para o sarau que ontem, na sua sede, promoveu. Uma festa onde seguramente não terão faltado atractivos, mas á qual, com muito pesar nosso, nos foi impossível assistir. É o caso de declarar o cartão de convite, que gentilmente nos foi enviado, ser obrigatório o traje de soirée. Foiçoço foi pois desistir. Em vão rebuscamos o nosso camarada de redacção escolhida para representar-nos no sarau, no seu guarda-roupa, atavios com que pudesse satisfazer a condição mencionada no cartão de convite. O traje de soirée do nosso camarada de redacção compõe-se dum jaquetão ventado nos cotovelos, dum colete em cujas algebeiras se não obriga o vulto de cobes, e dum par de calças futuristamente enfeitado com fundilhões de fazenda diferente. Querendo mudar de traje, só poderia o nosso camarada de redacção recorrer a uma blusa de ganga que possui, relegada já á inutilidade, e a um par de botas cujas inclinações vão mais para o sapateiro do que para sarau. Pelo que respecta a luvas, tem o nosso camarada de redacção, nas palmas das mãos, uma curiosa ilustração de calos que a ferramenta do ofício lhe causou em atturas dos dias de trabalho. Impossível, portanto, comparecer ao luzido sarau do Ginásio Club Português, impossível por motivos que aliás, afigura-se-nos, sobejamente justificam a falta.

### O sindicalismo em casa de Tália

Na Inglaterra, os actores sindicados estão já em luta acesa com os empresários. O Daily Herald fala-nos do conflito entre a Associação dos Actores e o poderoso empresário Cochran, que a não quer reconhecer, recusando-se a aceitar-lhe as normas de trabalho. Em vista disso, se até 1.º de Junho o empresário não tiver mudado de propósitos, será rigorosamente boicotado e, com ele, os «amarelos» que se sujeitarem ás suas condições.

As reclamações dos servidores de Tália, já aceites pela Associação de Empregados do West End, são em resumo: contratos por um mínimo de quatro semanas de oito espectáculos cada uma (noite, para os artistas, de opereta); salário mínimo de 3 libras por semana; pagamento proporcional das réditas extraordinárias; direito a 14 faltas justificadas por doença durante um trimestre; ensaios pagos, e, sendo ao domingo, pelo dobro.

### Critério policial

Na véspera do 1.º de Maio, em Paris, distribuiu-se dinheiro entre os agentes de policia e fez-se-lhes uma predica sobre os horrores da revolução e do bolchevismo. O resultado foi a selvageria infame que se viu no dia seguinte, contra manifestantes pacíficos e desarmados.

O deputado socialista Paulo Poncet, referiu no parlamento que, vendo bater desadmiravelmente um operário, não pôde deixar de intervir e protestar.

«É um bolchevista explica o agente, convencido.

«Mas que sinal trazem os bolchevistas para voés os conhecer?

«O sinal é malhar a gente neles! Toda a câmara riu, mas o caso é que o bruto definiu bem o critério requintadamente policiesco, em todos os casos, tempos e lugares.

### «O SANEAMENTO»

Termina depois de amanhã o prazo estabelecido pela comissão nomeada para conhecer da confiança que ao governo merecem pela sua fidelidade á República, os funcionários do ministério do Interior e repartições suas dependentes, para qualquer pessoa informem sobre o objecto da sua missão. A comissão encontra-se todos os dias aquelle edificio, das 15 ás 17.

Volto a repetir ontem no ministério do Interior a comissão de reintegração de funcionários.

## A PROPRIEDADE

### A colectividade já pagou aos particulares, bastantes vezes, o valor das suas propriedades. Estas pertencem-lhe, pois, de direito

Na sociedade actual uma das formas por que se adquire a propriedade, é comprando-a e pagando-a seja duma só vez, seja em prestações.

Ninguém contesta ao proprietário o direito de chamar sua á propriedade, e a pagar...

Pois, para em tudo haver dois critérios opostos, duas medidas diferentes de justiça: para em tudo se manifestar a contradicção nesta sociedade anti-natural e incongruente, não são poucos os casos, bem numerosos pelo contrario, em que tal pagamento não confere o referido direito. É o que é mais notável o vendedor, digamos, o anterior dono de determinados bens, tendo recebido o valor deles, não só os não entrega a quem lhos pagou como ainda exige que se continue a pagar-lhos vezes sem conta.

Dir-me-hão que nestas condições, há o direito de chamar aos tribunais o dono exigente, pelo crime de...

Qual crime? Nem qual cabacal... A sociedade não chama crime a um facto desta natureza nem reconhece tal direito; bem pelo contrario, dá todo o seu apoio á entidade detentora dos bens em questão. Não obstante se eu ou tu, leitor, procedermos assim, recusando-nos a ceder um objecto pelo qual recebemos o valor que lhe estipulámos, ficaremos sob a alçada da lei ou, quando menos, não nos livramos do apêdo de gatinhos... A questão está na maneira como fizermos a coisa ou em termos ou não sermos alguém...

O que deixo dito poderá parecer-me bem fundado, quicá gratuito, a dois ou três dos poucos leitores d'este artigo...

Peco a esses pacientes amigos um momento de attenção áida, para o que passo a expôr-lhes:

A colectividade paga efectivamente os bens sociais vezes sem conta aos seus actuals possuidores, sem nunca poder chamar seus a esses bens.

Analisemos friamente e chegaremos á esta conclusão:

«Eis um exemplo conhecido: o aluguel dos contadores de agua.

Ao tempo que a colectividade paga á Companhia este aluguel...

Dado o relativamente pequeno custo de tais trastes, já a estas horas a maior parte d'elles está de graça á Companhia que tem recebido varias vezes o respectivo valor... Contudo a Companhia continua a exigir-nos novos reembolsos da importância d'esses contadores e nós... continuamos ainda a dever-lhos...

Mas isto é um caso de pouca monta...

Vejam os que se passa com o senhorio:

A sua propriedade de casas com o solo, custou-lhe, supunhamos, 15 contos. Os inquilinos pagam-lhe 720 escudos de rendas por ano. No fim de 20 anos o público tem reembolsado o senhorio do custo dessa propriedade e do terreno subjacente. E como um prédio deve durar mais de 20 anos se for bem construido, segue-se que a colectividade entrega ao proprietário, 5, 10, 20 vezes ou mais — conforme a resistência da construção — a importância dos 15 contos. A colectividade, porém, não é o dono dos bens citados: o seu dono foi, e será o senhorio, enquanto existir a organização actual da sociedade.

Note-se que calculamos um rendimento insignificante porque em geral a propriedade rende muito mais e o prazo de reembolso é portanto muito menor. Em média a colectividade, paga á classe proprietária o valor das propriedades no período duns sete a oito annos, o que não obsta a que durante outros sete, mais sete, e ainda sete e assim successivamente, continue a pagar-lhas sem nunca poder chamar-lhes suas.

Com a propriedade rural acontece uma coisa parecida.

A terra, sendo um agente natural e portanto gratuito, não deve estar na posse privada de alguns que, em geral, são os que a não cultivam. Por outro lado, os productos dela devem pertencer a quem a amanha. Não sucede, porém, assim por via de regra porque quem trabalha a terra quicá sempre não é dono dela e ou é assalariado ou a tomou de renda.

Ora o rendimento da terra é bastante para embolsar num curto prazo o proprietário do valor dela.

Não se julgue que exageramos.

Não temos á vista estatísticas da actualidade referentes ao assunto; nem dispomos do nosso tempo de forma que tenhamos facilidade em consultar nos lugares próprios, mapas, organogramas, dados estatísticos, etc. Por isso forçoso não é cingir-nos a elementos de alguns annos atrás, governando-nos, para tal fim, com a prata da casa e com o subsidio de alguns informes devidos a gentileza de amigos. Esta circunstância não tem, como talvez pareça, influencia que altere a verdade da nossa deducção.

O que queremos provar é que todos nós pagamos ao proprietário da terra, já comprando-lhe os productos, já embolsando-o das rendas, o valor da mesma terra um certo numero de vezes e num prazo relativamente pequeno. Ser esse pagamento feito de 5 em 5, de 10 em 10, de 20 em 20 ou de 100 em 100

anos, isso é secundário: o caso importante é que pagamos a terra uma, dez, cem, mil vezes e não lhe chamamos nossa porque não nos deixam. Que uma estatística apresente certas cifras, e outra de outra época as contenha diferentes, esse facto não invalida o nosso asserto.

Entremos pois na análise; mas comparem-se, desde já, estes dois factos que reforçam o que deixamos dito nas linhas precedentes:

No organograma de 1903/4 figura sob a rubrica Contribuição Predial, a verba de 3096 contos que corresponde ao rendimento colectivo de 20.640 contos. Pois segundo diz Valadas na sua Economia, o Anuário Estatístico de Portugal apresentava em 1891 o rendimento da propriedade rústica com o valor de 20.900 contos. Quere dizer, no intervalo de 13 annos a diferença não é grande.

Ora o rendimento de 20.900 contos corresponde ao capital de 400.000 contos. Se attribuírmos a esse rendimento colectivo á taxa de 30 % (e não é muito) do rendimento efectivo — porquanto os proprietários tem todo o interesse em diminuir, perante o Estado, a cifra dos seus rendimentos para se esquivarem a maior carga do imposto — veremos que a renda efectiva vem afinal a ser de cerca de 70.000 contos.

Nesta base, portanto, o valor da terra é reembolsado em pouco menos de 7 annos. Apesar disso a classe proprietária da terra não a entrega á colectividade e bem pelo contrario exige que esta lhe pague ainda por muitas vezes 7 annos.

E o que é importante: não temos o direito de nos recusar a esse pagamento.

Mas profundemos mais a questão.

As grandes companhias por acções formaram-se, como é sabido, para explorar qualquer ramo de industria ou commercio em que se torna necessário um forte capital que não é fácil haver concentrado e disponível na mão dum só capitalista. Assim concorrem para a organização do fundo social numerosissimos individuos que, subscvendo, cada um, com uma quantia relativamente pequena, recebem, em troca, os títulos ou acções representativas do capital subscrito que lhes dão direito a participar dos lucros da sociedade na percentagem correspondente.

Em geral estas grandes companhias não duram menos de 99 annos.

Ora bem: os lucros repartidos pelos accionistas são, feitas bem as contas, pagos pelo público consumidor quando lhes compra os productos. E vamos dizer porquê:

Verificadas e apuradas todas as contas para balanço aos negócios duma companhia, vejamos como se calculam os dividendos ou lucros a distribuir pelos accionistas e notemos, de passagem, que não pretendemos entrar na técnica de guarda-livros nem chamar a captulo todas as competentes rubricas da gestão de tais negócios. Para o caso iremos mais terra a terra diligenciando fazer-nosos comprehender do leitor menos instruido.

Assim, supunhamos que a matéria prima, empregada na fabricação dos productos de certa industria, custou...

que a mão de obra importou em que os gastos de fabricação attingiram a cifra de...

Os productos custaram, pois, á companhia a soma de...

mas foram vendidos, supunhamos ainda, por...

realizou-se, portanto, um lucro bruto de...

Dêste lucro bruto, porém, há a abater:

os gastos gerais da empresa, que reputamos por...

varios encargos no valor de...

a depreciação do maquinismo calculada, por exemplo, em...

a percentagem para fundo de reserva na importância de...

seja um total de...

O lucro liquido é, pois, de...

e são estes 330 contos que os accionistas embolsam a título de dividendos.

Como se vê, estes dividendos são pagos pelo público quando compra os productos.

Mas ainda se deve ver mais alguma coisa: é que se aquele lucro de 330 fôr, por exemplo, 10 % do capital da companhia, este capital ficaria pago em 10 annos mantendo-se aquella percentagem de lucro; e em tantos menos annos quanto mais elevada esta fôr, acrescendo que durante uma companhia mais de 10 annos, ela é embolsada do seu capital mais duma vez.

Não obstante a colectividade ter pago e repago vezes sem conta o fundo social das grandes companhias (e de quaisquer outras) a matéria prima é dessas companhias; o maquinismo continua a ser delas; o terreno é ainda seu;

os edificios das fábricas, armazens, etc pertencem-lhes: o que quere dizer que o público ainda é devedor do que paga... e que, por consequência terá ainda de pagar e tornar a pagar per omnia secula seculorum...

Devemos ainda notar: attribuido ao valor do dividendo ou lucro liquido a taxa de 10 %, do capital, fomos modestos porquanto em geral os lucros das grandes companhias atinjem uma taxa muito mais elevada. Há companhias, cujos capitais lhes são embolsados de 2 em 2 annos, mesmo até todos os annos.

Sem mesmo falarmos em companhias, há particulares que, logo no primeiro anno do seu negocio, foram embolsados do dobro do seu capital.

Mas acentuemos bem esta questão pois que, sendo bem comprehendida, ficaremos esclarecidos sobre muitas cousas.

Imaginemos uma companhia que, empattando 100 contos em matéria prima teve no fim do ano 330 contos de lucro. Os números podem ser os que figurámos ou outros no campo das realidades práticas. As relações entre eles podem ser as que supuzemos ou outras. Nada disso destrui a verdade da nossa conclusão: isto é: o capital é reembolsado pela colectividade em mais ou menos tempo e uma ou mais vezes.

Na hipótese figurada, o público, comprando por 530 contos os productos da companhia em questão, pagou ao mesmo tempo, como se viu, materiais, lucros e despesas; a saber:

A matéria prima por.....	100 contos
Os salários.....	20 "
As despesas de fabricação por.....	10 "
Ordenados do pessoal, rendas, correspondência, reclamações, seguros, etc., tudo por.....	30 "
Juros varios, bonificações, etc. por.....	20 "
Amortização do maquinismo por.....	5 "
O fundo de reserva daquelle anno por.....	15 "
Finalmente o lucro ou dividendo por.....	330 "
seja o total desembolsado com a compra dos productos.....	530 "

Aquele lucro é 10 % do capital? Logo este é de 3.300 contos e em 10 annos a companhia fica embolsada d'ele; isto é: os accionistas que o forneceram a menos do par, recebem por esta forma o valor das suas acções naquella totalidade de 3.300 contos e habilitam os seus herdeiros 100 annos depois com uma miséria de 33 mil contos em dinheiro e 3.300 contos em títulos que lhes farão ganhar, em outro século, outros miseráveis 33 mil contos; e assim... successivamente...

Mas não pára aqui a monstruosidade. Este dinheiro que é da colectividade pela força do direito, mas que está na posse de alguns particulares pelo direito da força, dá ainda margem a outros negóciosinhos; por exemplo: o empresário a juros... pois que pelo tal direito da força ainda o capitalista tem a regalia de carregar uns jurositos a fim de o capital não estar improproductivo...

jurositos que, á taxa módica de 6 %, fazem que no fim duns 16 annos se reproduzam os tais 33.000 contos! Isto é: o possuidor colectivo ou individual d'este capital, como ainda tem 3.300 contos de acções, recebe por um lado, a título de accionista, 33.000 contos ao cabo de 100 annos; e por outro, emprestando a juros, mais 33.000 contos, no prazo de 16 annos: isto sem mover uma palha e independentemente de chamar seus accionistas a acções e ao do empréstimo!

De forma que, duma maneira ou de outra, a colectividade é esbulhada da terra, dos seus productos, dos edificios, do maquinismo, do dinheiro que paga vezes sem conta á classe proprietária e financeira, sem nunca ter o direito de tocar sequer num qualquer d'estes bens.

Daqui, todo o atrozo sofrimento dos proletários que são a imensa maioria da humanidade.

Uma organização social que origina monstruosidades de tal natureza, deve desaparecer.

A dôr universal attingiu nesta hora uma tão grande intensidade, que, fatalmente, a transformação social tem de effectivar-se e... vai-se realizando.

Do que fica dito conclue-se que, abstrahido mesmo da legitimidade ou illegitimidade da primitiva posse individual dos bens sociais e ainda disserdendo, conforme o critério burguez segundo o qual quem pagou os objectos é que deve ser o dono deles, conclue-se, dizemos, que a terra, as casas, as máquinas e ferramentas, os capitais em suma, e todos os pagos e repagos aos seus detentores actuais, por consequência todos esses bens são, por direito, pertença da colectividade.

José Carlos de SOUSA

### Trabalhadores da Imprensa de Lisboa

Para apreciar um officio da Federação do Livro e do Jornal, reúne hoje, pelas 10 horas, extraordinariamente, em primeira e última convocação, a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, rua das Gáveas, 52, 1.º. Dado o interesse que para a classe tem os assuntos a tratar, espera-se a comparecência de todos os sindicados.

## Na linha de fogo

### É inevitável o sovietismo

¿ Onde estão os organís mos da nova acção revolucionária?

A Revolução russa não vela trazer, nos somente o estinilo platónico que se recolhe, por exemplo, da Comuna de Paris; ela foi de alguma sorte portadora de fórmulas concretas de organização que convém estudar e não repetir logo in limine com enfatuado desdem sem mais exame a título de que, oriundas da Rússia, elas não podem por esse facto ter applicação em outro país qualquer.

O internacionalismo e o cosmopolitismo desenvolvem cada vez mais a capacidade assimiladora dos povos despartando o fundo de cooperação e da cooperação comuns á raça. Se o parlamentarismo originário de Inglaterra se vulgarizou em toda a Europa e a democracia francesa penetrou nos regimes políticos modernos não veio motivo para que a applicação de certas práticas socialistas baseadas aliás na associação, que é o fenómeno social por excelência, não possam também generalizar-se e adoptar-se em todos os climas.

O cristianismo tem arreigado nas instituições europeias, é com as suas fórmulas, os seus ritos e liturgias uma criação inteiramente asiática, e toda a nossa civilização romanista está impregnada de influências orientais.

Criticar, pois, a inovação de certos métodos de luta ou de novos órgãos revolucionários, como os soviets sem verificar se correspondem ou não a uma necessidade existente, é proceder de ânimo leve, e sobretudo não é lógico para quem accellu a importação francesa do sindicalismo, que não era aliás novidade entre nós e tinha vagas tradições na instituição nacional da Casa dos vinte e quatro e nas corporações de mestres da Idade-média. Que o sindicalismo correspondia a uma exigência social e não foi trazido para cá por espirito de imitação ou snobismo, prova-o a sua rápida diffusão e maravilhosa adaptação.

Nesses trabalhos preparatórios o que mais tem preocupado alguns militantes é a redacção dum programa que satisfaga as exigências da classe operária, orientada toda ella numa tendência radical e extremista que as suas reivindicações não cabem mais nos quadros acanhados do programa do Partido socialista Português.

Ora a Revolução russa, que muitos relegam para um plano secundário, aproveitando dela apenas o barulho e sobressalto dos burgueses, desperdiça em Portugal, como em toda a parte, impaciências febris de preparação e organização. Esboçaram-se programas, contriveram-se táticas, todos concordando á uma que é preciso agir e actuar junto do povo e orientar os espiritos para o novo estado social em gestação.

Um programa! Um programa! Declaro que me conservo a tal respeito um pouco sceptico e não lhe reconheço as virtudes talismánicas que lhe atribuem muitos camaradas illustres. De que vale um programa se, conforme demonstra a experiência, é sempre o imprevisto que surge por detrás da Revolução? De resto, dado o seu carácter stitico — um programa racional deve constar de generalidades vagas e não de projectos de lei — rapidamente se elabora um elenco de reivindicações imediatas.

Concordo todavia que, para effeitos de propaganda — e só para isso, — se impõe a necessidade espectacular de exhibir um programa.

Aciteamos pois o programa.

Há, porém, uma coisa mais importante que o programa. É elaborado ele, pensou-se já nos organismos politicos correspondentes que é necessário criar para receberem e assimilarem esse programa? A diffusão dum programa é uma acção politica, e fazê-la dentro dos sindicatos seria atentar contra os princípios estatutários de neutralidade que devemos acatar a todo o custo, sob pena de se produzir a dispersão operária e a ruína certa do sindicalismo. A força da organização operária está precisamente neste alheamento politico e no seu carácter corporativo e profissional. Bem se vê que essa neutralidade é illusoria e não próprios a infringimos a cada passo.

A entrada dos anarquistas nos sindicatos gerou o sindicalismo revolucionário e deu ás organizações profissionais métodos de luta que vão mais além de uma simples reivindicação económica. Mas essa acção, temos a franqueza de dizê-lo, é uma propaganda de sapa disfarçada, uma infiltração subrepticia, absolutamente ilegal como o seria a propaganda socialista ou republicana, que aliás não consentimos. ¿ Quere-se pois actuar politicamente junto dos organismos profissionais? ¿ Quere-se transformar ostensivamente o sindicato em organismo de partido? Creio que ninguém pensou em tal. ¿ Onde estão, pois, os organismos proletariados de base económica que sem serem centros politicos — isto está hoje desacreditado — sejam os núcleos da acção revolucionária que o novo programa vai fatalmente reclamar?

Continuaremos na próxima crónica, visto que esta vai já longa.

Manuel RIBEIRO

### A jornada de 8 horas

#### Correios

Para apreciar a attitude desta classe perante o decreto estabelecendo o dia de 8 horas, reúne hoje esta classe em assembleia magna, pelas 11 horas.

#### Assistência Pública

É inaugurada hoje por iniciativa da Associação Publica, pelo meio d'uma, a sessão da frequência do S. Miguel para socorrer d'uma e gratuitamente com sopa e pão a densissima população pobre daquela freguesia.



## Os trabalhadores rurais

## realizam hoje uma sessão magna

Promovida pela Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, realiza-se hoje, em Évora, uma reunião magna dos representantes dos sindicatos rurais do país, onde se deliberará sobre o caminho a seguir em face da atitude do governo em relação ao decreto sobre o dia normal de 8 horas que, como se sabe, não abrange aquela importantíssima classe.

A Federação, que em 1 de Maio expediu um telegrama ao ministro do trabalho manifestando-lhe o seu protesto por ter sido excluída da referida lei, fez distribuir uma circular aos sindicatos rurais, na qual lhes assegura que está na firme disposição de pugnar por que aquela legítima aspiração do proletariado do campo se torne um facto, convidando-os simultaneamente a mandarem delegados à reunião de hoje.

A U. O. N., que foi convidada a fazer-se representar, envia ali o delegado Manuel Joaquim de Sousa.

## UM ESPECTÁCULO

## Em auxílio de A BATALHA

Como anunciamos, o Grupo Dramático e Musical Solidariedade da Construção Civil, efectuou ontem um espectáculo em benefício de A Batalha, precedido de uma palestra.

Eram cerca das 21 e meia quando o camarada Manuel dos Santos apareceu no proscénio para explicar que o grupo promotor do espectáculo havia pedido a cedência de outra sala, mais ampla, a vários grupos congêneres, e porque esse pedido não foi atendido, teve o espectáculo de realizar-se naquela pequena sala. Termina por apresentar o conferente, o nosso camarada Manuel Joaquim de Sousa, delegado da U. O. N.

Este princípio por declarar não ir fazer uma palestra, porque faria demorar o espectáculo, e menos ainda uma conferência, posto que lhe falta a competência.

Agradece, em nome da U. O. N., proprietária de A Batalha, o interesse que o grupo promotor do espectáculo demonstrou pelo paladino da classe trabalhadora, fazendo a seguir uma série de considerações demonstrativas da necessidade da existência da imprensa operária.

É esta a que tem que desempenhar o papel de educadora e orientadora da luta proletária. Os plúviums da burguesia nada mais tem feito senão empurrar o espírito de iniciativa dos que trabalham.

O sofisma, a mentira, o preconceito, eis o que por várias formas tem sido até hoje ministrado aos espoliados, para os desorientar da senda progressiva da sua libertação.

Essas anomalias acentuam-se mais, se é possível, na literatura rocambolesca dos tidos e havidos como grandes romancistas, nos relatos dos crimes, especialmente passionais, onde os plúviums burgueses procuram tirar grande partido, fazendo render a mercadoria e contribuindo indirectamente para que outros crimes se produzam.

A chamada opinião pública, que os grandes cotidianos dizem exprimir, é outra falsidade, pois essa opinião não passa da que possuem os próprios escravizadores burgueses, ou ainda a que traduz a orientação das camarinhas políticas ou os interesses de grandes empresas exploradoras, da diplomacia ou da finança. Esse convencionalismo, oposto aos interesses da classe trabalhadora e altamente prejudicial às aspirações de justiça, liberdade e igualdade dos que produzem, só pode ser combatido pela imprensa operária e revolucionária. Nesse caso está A Batalha, a qual se ainda não satisfaz, porventura, as necessidades revolucionárias de momento, se não é tão causticante, por vezes, como seria justo, não é por que essa vontade falte aos seus redactores ou à organização operária, mas apenas porque ainda não há por detrás de si uma forte consciência revolucionária por parte de todos os explorados que lhe garantem, através de tudo, uma vida assaz potente que a faça impôr como é imprescindível.

Bem haja, pois, o grupo promotor da festa, porque não só procura garantir a existência monetária de A Batalha, como a faz conhecida e querida, e bem fazem os assistentes em concorrer ao acto, pois assim demonstram ter amor pelo jornal, como, de resto, todos os operários o devem ter, pois assim vão contribuindo para a sua própria emancipação.

A seguir foi cantado e muito aplaudido o hino de A Batalha pelo orfeão do grupo, seguindo-se-lhe os restantes números do programa, sempre com grande animação.

## Na Turquia

## Os aliados ocupam Smirna

SALONICA, 16. — Diz-se que as forças aliadas desembarcaram em Smirna, que as tropas francesas ocuparam os fortes da cidade, que as forças gregas se estabeleceram nos principais bairros de Smirna e que contingentes ingleses e italianos ocupam certos pontos nas arredores. Alguns navios de guerra aliados estão na baía.

Na véspera o governo otomano foi informado pelas autoridades navais dos aliados de que esta operação se realizava nos termos do artigo 7.º do armistício, o qual prevê o direito de ocupação por parte dos aliados no caso em que o estado de coisas ameace para a sua segurança viesse a produzir-se. — H.

## Tratado de Paz

## e a Alemanha não o assinar...

LONDRES, 16. — A Agência Reuters sabe que além das medidas militares julgadas necessárias para o caso em que a Alemanha se recusasse a assinar o tratado de paz, foi resolvido igualmente recorrer a medidas económicas que teriam como efeito impedir completamente um novo bloqueio na sua forma mais rigorosa. Por outro lado o supremo conselho económico tomou igualmente decisão para o levantamento da assistência e tratado de paz e desse assistir a melhor da sua vontade de executar as suas condições. — H.

## Diário sindicalista

## Congresso do professorado primário

## Terceira sessão

Às 13 horas e 10 minutos, abriu-se a sessão.

Preside o sr. Manoel Joaquim da Paz, de Beja, secretariado pelos srs. José Domingos de Oliveira, de Marvão, e Carlos da Costa, de Macedo de Cavaleiros.

O sr. presidente pede aos oradores que se limitem aos dez minutos para o uso da palavra e às senhoras dos camarotes que não dirigam apertados aos oradores.

Na meia hora antes da ordem do dia fala, em primeiro lugar, o sr. Manuel da Silva, que lê uma comvente saudação aos professores primários falecidos durante o último ano social, propondo que se suspenda a sessão por um momento em demonstração de pesar pela perda de esses colegas e pede que se abrevie a subscrição já aberta para os orfãos dos professores primários.

O sr. Guerra requerer que seja aprovada por aclamação a proposta do sr. Silva para levantamento da sessão, nos termos acima indicados, sendo a proposta aprovada nos termos requeridos pelo sr. Guerra pelo que toda a assistência respectivamente recolhe, se levantou e conservou de pé durante um momento.

O sr. Albuquerque delegado de Oliveira do Hospital, reclama os vencimentos em dívida aos professores do seu concelho pelos meses de Junho e Julho últimos. Pede informações acerca da fundação do Instituto para educação dos filhos dos professores primários, com preferência de admissão para os orfãos.

Responde-lhe o sr. Alberty, declarando que o ministro da Instrução o informara de que não dispõe de verba para a criação do referido Instituto, mas que tomara para com ele, orador, o compromisso de fazer todas as diligências para arranjar uma verba no seu ministério.

Quando à reclamação dos ordenados em dívida aos professores de Oliveira do Hospital, o sr. Alberty alvitra que os reclamantes se dirigam ao sr. Abel Dias, do ministério da Instrução.

O sr. Manuel Bernardo Fernando Reis, delegado por Monchique e representante do núcleo de Oeiras, levanta a questão da ilegalidade de determinadas nomeações recentes, feitas sem concursos, apresentando, a esse sentido, a seguinte proposta:

Que se peça a revogação imediata da nomeação de quaisquer docentes, sem concurso e que se anuncie a abertura de concurso para as vagas existentes.

Esta proposta foi reforçada pelo comentário de alguns congressistas e aprovada por unanimidade.

Em seguida a essa foi apresentada pelo mesmo delegado a proposta do teor seguinte:

Proponho que se peça a imediata revogação das nomeações feitas para as escolas primárias superiores, ao abrigo do art. 6.º do Decreto n.º 309 de 3 de Maio de 1919, e que o mesmo artigo seja assim redigido: "Art. 6.º. Enquanto não houver indivíduos com o curso do magistério primário superior, os nomes das candidatas para assegurar o funcionamento das escolas primárias superiores serão feitos por concurso documental".

Foi aprovada e bem assim mais duas propostas do mesmo delegado, uma para "que as escolas, para todos os efeitos, sejam sujeitas às disposições que regulam o funcionamento, a fiscalização e o provimento das escolas fixas" e outra, em nome dos delegados dos concelhos limítrofes do Porto e de Lisboa para "que se represente imediatamente as terras dos concelhos limítrofes de Lisboa e Porto e que as outras terras abrangidas no espírito da lei sobre o mesmo assunto sejam imediatamente terminadas e incluídas na categoria a que tenham direito".

Fala em seguida o sr. Francisco Nunes, delegado de Moura. Refere-se aos seus serviços incondicionais à classe do professorado. Lamenta que os trabalhos do Congresso sejam interrompidos por questões mesquinhas. Elogia calorosamente o ministro da Instrução. Lê e manda para a mesa a seguinte proposta:

Que na reforma das escolas primárias se introduzidos os pontos capitais seguintes:

1.º Que se criem escolas centrais nas sedes dos concelhos e que as escolas rurais, com frequência superior a quarenta alunos, sejam substituídas por escolas rurais.

2.º Que se construa anualmente edifícios escolares em todos os concelhos do continente.

3.º Que os professores primários não sejam obrigados a fazer parte de qualquer comissão de recenseamento.

4.º Que os professores primários sejam dispensados do serviço militar em tempo de paz.

5.º Que se façam conferências pedagógicas em todos os concelhos.

6.º Que de cinco em cinco anos, hoje a um congresso pedagógico na capital, sob a presidência do ministro da Instrução ou de um seu delegado.

7.º Que as viúvas e filhos menores dos professores primários que fiquem em precárias circunstâncias lhes seja dada a pensão que deveria pertencer ou que pertença aos professores falecidos.

8.º Que a beneficência escolar fique a cargo das câmaras municipais e juntas das freguesias, tendo-se a receita para este fim, por meio de um selo especial, emitido nos diplomas e certidões e nas licenças de porte de armas, nos registos de casamento, nascimento e óbito e respectivas certidões, com incidência sobre rufas, feições, especulacões, venda de bebidas alcoólicas, tabacos e também sobre jogos, etc.

9.º Suspensão do exame de 2.º grau, senão o de 1.º grau substituído pelo antigo exame elementar, nos termos das leis de 1876 e 1890.

10.º Que aos professores com mais de 60 anos de idade seja aplicado o disposto no art. 2.º do art. 95.º do decreto de 26 de Março de 1911, e que aos professores com mais de 25 anos de serviço e sem limite de idade, lhes seja garantida a reforma com o vencimento da sua classe, uma vez que submetidos à inspecção médica, forem julgados incapazes de todo o serviço".

O sr. Pedro de Almeida Ceia refere-se calorosamente ao grande professor e dedicadíssimo apostolo da causa do professorado, Manuel José de Gouveia (Eurico), cuja obra apreciou, com elogio, concluindo por saudar a imprensa que soube apreciá-la e distingui-la.

A assembleia aplaude, com entusiasmos, a referência do sr. Ceia ao distinto e ilustre professor e publicista.

Tendo chegado junto da mesa o sr. Domingos Pereira, ministro do interior, acompanhado do sr. Carlos Lobo Pimentel, seu secretário, a assembleia levanta-se para recebê-lo com uma salva de palmas. Soltam-se vivas à República.

O ministro, que usa da palavra durante vinte minutos, principia por saudar o Congresso e o professorado português, cuja classe, diz, é a mais prestante das classes sociais.

Como chefe do governo de uma República democrática vem ali para retribuir e agradecer ao Congresso e ao professorado a amabilidade das saudações que lhes foram fazer-lhe, na véspera, procurando para esse efeito, no seu ministério. Sauda-os, também, em nome do governo da República.

Interrompido por várias vezes com vivas e palmas, prossegue, dizendo que as saudações que ali se estão fazendo à República garantem a autonomia da pátria portuguesa. Apela para que o republicano do professorado, para que a República seja amada, geralmente, do fundo do coração, acrescentando que a República, ao contrário da monarquia, não distingue entre raças e classes porque é um regime nivelador que precisa de todo o apoio do professorado, com o qual o orador se solidariza, tornando a saúde-lo calorosamente e agradecendo-lhe, de novo, a sua visita da véspera, que lhe dá a retribuir, sem intuito reservado.

Mais vivas, mais palmas, cumprimentos do ministro a diversos congressistas, que o acompanharam, com a mesa do Congresso e quase toda a assistência, até à porta do edifício, devendo dizer-se, de passagem, que o discurso do sr. Domingos Pereira, aliás correcto, sob o ponto de vista oratório, não deixou de pecar por exagero político, como o discurso, da véspera, ali proferido pelo sr. Leonardo Coimbra, não deixou de pecar pelo exagero de emprêgo de imagens e figuras de retórica, exagero que, em parte, prejudicaram a intenção dos mesmos discursos, pois que os excessos oratórios são tão prejudiciais como os excessos alcoólicos e o excesso das distrações cruas, por exemplo.

Do discurso do sr. Domingos Pereira, que nós supunhamos ser pessoa mais idosa e mais grave, saindo nos um rapaz de modesta aparência, responderam diversos oradores, afirmando a adesão firme do professorado à República e manifestando o reconhecimento da classe ao sr. Domingos Pereira pela sua reforma do ensino primário e correlativa melhoria de situação económica dos professores primários.

O sr. Alberty, em nome do Conselho Central, de que faz parte, elogia a referida reforma e renova a adesão do professorado primário à República.

É então que o Congresso entra verdadeiramente na ordem do dia. Processo de discussão dos estatutos regulamentares do Conselho Central, que fora interrompida pela entrada do sr. Domingos Pereira.

Disputa-se e combate-se a preponderância de um sobre outros núcleos e proclama-se a necessidade de uma perfeita e inquebrantável união entre os componentes da classe.

Há divergências, no modo de ver. Apresentam-se propostas e alvitres.

Intervem o sr. Cabrita, de Lagos, também do Conselho Central, para esclarecer a assembleia, alvitando a forma de se efectivar a organização dos núcleos e lê uma proposta com a qual pretende resolver a questão.

O sr. Alberty apresenta uma proposta de alteração ao art. 6.º do sobredito regulamento.

O sr. Elmino Moreira afirma que o núcleo de Lisboa não quer preponderar sobre os núcleos da província e refere-se ao professorado desta cidade, que não tem querido federar-se na União do Professorado Primário. Diz também que em Lisboa há uma divisão aparente de ideias, entre o professorado, mas que não existe qualquer inimizade, pretendendo-se que a classe progrida com o concurso do professorado lisboense, que bem pode orientar a classe.

O sr. Manuel da Silva responde ao sr. Alberty e entra na apreciação do artigo 6.º, como ele se contém no estatuto, fazendo a sua defesa por não concordar com a modificação que aquele congressista pretende que se lhe introduza no mesmo artigo.

Surgem várias propostas, de que não podemos tomar nota devido à confusão que se estabelece.

Intervem o sr. Elmino Moreira, propondo uma forma conciliatória, que expõe e desenvolve, resolvendo-se, por fim, que os diversos proponentes se reúnam e, de comum acordo, unificando as respectivas propostas, elaborem uma proposta, em relação às modificações a introduzir no estatuto do Conselho Central.

O sr. António Marques Vale e Silva propõe que se proceda à eleição para os corpos do Conselho Central, que devem entrar em exercício no próximo ano social.

Recebe-se na mesa um pacote com bilhetes postais patrióticos, oferta da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

O sr. Elmino Moreira, a convit, do sr. Alberty, lê os típicos principais da reforma da instrução que deve ser publicada brevemente e que a assembleia discute e aceita com agrado, mas que provocou um reparo que nos fez, particularmente, uma senhora congressista, que estranhou que, sendo criadas por aquela diploma cinco classes, três delas dirigidas por senhoras e duas restantes por professores, se estabeleça que aquelas possam ser regidas por homens quando façam prova da sua competência, ao passo que, em igualdade de circunstâncias, não se facilita às senhoras a regência das duas últimas classes, o que, salvo erro da nossa parte, se nos afigura um privilégio prejudicial às senhoras.

O sr. Castro Rodrigues diz que a referida reforma corresponde bem às aspirações do professorado primário, pelo que propõe que na acta daquela sessão fique exarado um voto de louvor a todos os indivíduos que fizeram parte da comissão que elaborou o dito diploma, o que a assembleia aprovou, por aclamação, soltando vivas entusiásticos à União dos Professores Primários.

Por último foi lida a assembleia e aprovada por esta a proposta da modificação dos estatutos do Conselho Central, proposta cujo teor é o seguinte:

Art. 1.º O Conselho Central será constituído por trinta e um membros eleitos, um por cada distrito, pelos respectivos delegados dos núcleos concelhios e terá sede em Lisboa.

Art. 2.º Os distritos das ilhas adjacentes poderão delegar um qualquer professor do concelho para membro do Conselho Central.

Art. 3.º A eleição será feita em assembleia geral da classe.

Art. 4.º O Conselho Central elegerá, em sessão, uma comissão executiva, composta de cinco membros.

Art. 5.º O secretário será sempre de Lisboa.

e poderá agregar dois professores desta cidade, como militares, sob aprovação do Conselho Central.

Os múltiplos assuntos discutidos, e a diversidade dos requerimentos, das propostas e dos alvitres submetidos à apreciação da assembleia, não permitem que a todos façamos referência, como não podemos fazê-la a todos os congressistas que usaram da palavra, e foi por isso que não dissemos ontem que o sr. João da Costa Rodrigues, que presidiu à 1.ª sessão do Congresso, ao encerrar esta sessão dirigiu uma saudação à imprensa que tem acompanhado com todo o interesse o movimento do professorado primário português.

A sessão é encerrada pelo sr. presidente, às 17 horas.

4.ª e última sessão

Abre às 21 horas. Preside o sr. Belmiro Xavier, presidente do Conselho Central da União do Professorado Primário Português, que é acolhido com uma prolongada salva de palmas e que nomeia para secretário-geral a sr.ª D. Conceição Correia, de Alcochete e o sr. Almeida Costa, de Coimbra.

O presidente declara que preside à sessão para cumprir o seu dever, regojando-se por ver que os professores primários portugueses estão à altura dos seus colegas dos outros países.

Faz sobressair a dedicação dos seus colegas do Conselho Central, srs. Ricardo Alberty, Manuel da Silva e Canhão Júnior, de quem fez o elogio devido, rendendo-lhes sincera homenagem.

Em primeiro lugar, o sr. Carlos Alberto Pinto de Almeida, que apresenta uma moção para que aos professores de Lisboa, Porto e Coimbra seja dada a sua vitória igual.

O orador pretende que o Conselho Central seja eleito, pelo menos na sua maioria.

Refere-se aos soldados que vieram da guerra, lastimando que não fossem recebidos condignamente e saídas todos os heróis que se bateram a par dos aliados, ao que a assembleia se associa e bem assim, o sr. Belmiro Xavier, que preside.

Usa em seguida da palavra a sr.ª D. Lucinda Tavares, do Conselho Central, a única que fala no Congresso e cujo discurso, que produziu excelente impressão no auditório, que o aplaudiu com entusiasmo, publicaremos, em resumo, num dos próximos números deste jornal, com a nossa apreciação acerca do Congresso.

O sr. Eduardo Antunes diz que ao aumento dos vencimentos da classe deve corresponder uma produção maior, que deve ser acompanhada da frequência escolar obrigatória, propondo que essa frequência se torne efectiva.

São apresentadas diversas propostas e faz-se o elogio de algumas professores, cujos nomes não pudemos obter. Elogiam-se igualmente outros elementos valiosos da classe do professorado primário, que a assembleia aclama e aplaude.

O sr. Sousa Vairinho, alferes miliciano, professor primário, saúda o exército português.

Refere-se, com elogio, a D. Lucinda Tavares, em virtude da sua atitude e das suas afirmações perante o Congresso, faz votos pelo levantamento da nacionalidade portuguesa e protesta contra a atitude dos aliados para com Portugal, na Conferência da Paz, propondo que se afirme ao dr. Afonso Costa o apoio incondicional da Nação pela sua acção na referida Conferência e que, em todo o país se efectuem comícios de protesto, contra a indiferença dos aliados pelos interesses e direitos de Portugal em presença dos seus sacrifícios em relação à guerra. A assembleia aplaude-o.

O presidente refere-se, com elogio, a sr.ª D. Lucinda Tavares, que com o aplauso dos assistentes, qualifica como modelo da professora portuguesa.

Concede a palavra ao sr. Silva Mendes, delegado por Rezende, que se refere à reforma do professorado, reforçando as suas reclamações nesse sentido e ao sr. Saturnino Neves, que propõe que o Congresso cumpra o sr. Abel Dias, chefe da contabilidade do ministério da instrução, que tem prestado assinalados serviços aos professores primários e que reclama que se paguem as diferenças em dívida pelas promessas da classe dos professores que completaram 6 a 12 anos de serviço entre 31 de Março e 30 de Junho de 1913, propondo também que se reclame ao governo no sentido de serem pagas as diferenças em dívida aos professores nas condições acima indicadas.

Propõe mais que às professoras se conceda o direito de reger todas as classes da escola primária, embora a 1.ª classe, em regra, seja regida por professores e que se consiga que, para o efeito da recepção integral dos novos vencimentos, se façam imediatamente as promoções, sem dependência de requerimento do interessado e apenas pelos cadastros existentes nos círculos escolares.

O sr. Alberty diz que o professorado de Lisboa está unido para o levantamento da escola primária. Refere-se, com elogio, ao plano ali apresentado pela sr.ª D. Lucinda Tavares para se aperfeiçoar o ensino do povo e pede que se faça, na província, a propagação para o desenvolvimento da união do professorado e, concordando com o sr. Vairinho, propõe que se envie um telegrama de saudação ao sr. Afonso Costa pela sua atitude na Conferência da Paz. A assembleia aprova e aplaude esta proposta.

Entra-se, finalmente, na ordem da noite. O presidente pede que se aproveite bem o tempo e diz que vai proceder-se à eleição do novo Conselho Central.

O sr. Manuel Godinho requer que se liquide o caso das nomeações sem comissão, propondo que se nomeie uma comissão que vá junto do ministro da instrução, a fim de protestar com energia contra as ditas nomeações, mesmo para que o assunto não fique em esquecimento e a justiça não seja afrontada.

Faz-se a chamada para a escolha dos delegados que devem eleger o novo Conselho Central e enquanto se procede a essa eleição o sr. Belmiro Xavier diz que vai terminar a missão do Conselho Central que preparou o Congresso.

Na reunião de ontem da direcção e da comissão de melhoramentos da Associação de Classe do Pessoal das Associações Mutualistas, foi largamente apreciada a disposição da lei estabelecendo os seguros sociais obrigatórios em Portugal, que dissolve as sociedades de socorros mútuos, passando os seus taveres para a posse do Estado. Por fim, foi aprovada uma moção em que se resolve que uma comissão de cinco membros proceda o ministro do trabalho, para saber se os interesses do pessoal assalariado das associações mutualistas ficam assegurados na referida lei. Debrui-se, a seguir, a convocação da assembleia geral, p. r. e q. em que se vai dar de lugar ao trabalho.

Foi já no Diário do Governo a ordem de pagamento dos Seguros Sociais Obrigatórios, tendo sido dada a modificação de 1.º de Maio de 1919.

O sr. do actual ministro.

Retira-se, mas irá descobrir-se perante a sepultura de Manuel José de Gouveia que repousa no cemitério de Fornos de Algodres. Ali dirá ao mestre: "Eurico, a tua obra está concluída. Vi a vitória". Há de beijar-lhe a campa. Conclui dizendo: — Bem hajam os professores do meu país. Bem hajam os professores portugueses que continuaram a obra do grande mestre e dedicado amigo da classe que foi também seu mestre e seu dilecto amigo pessoal.

Para o Conselho Central ficaram eleitos os seguintes senhores: José Ribeiro dos Santos, Porto; José Alves de Sousa, Vila do Conde; António Rodrigues Moraes Soares, Vila Rica; Francisco Fernandes Caldeiro, Aveiro; Albano Henriques Barreto, Castelo Branco; Carlos Alberto Pinto de Almeida, Coimbra; Manuel Ramos de Oliveira, Guarda; Manuel da Silva, Leiria; Vazquez, António Soares Canhão Júnior, Braga; Manuel Joaquim da Paz, Vizeu; José Luís Guerra, Évora; José Francisco Cabrita, Faro; Virgílio Santos, Lisboa; José António Nunes, Portalegre; Manuel Domingos Godinho, Santarém; Carlos Alberto da Costa, Bragança; José Gomes de Barros, Braga.

A eleição do representante de Ponta Delgada é feita lá.

Também ficou eleita a comissão executiva do Conselho Central.

O sr. presidente saúda o novo Conselho, exortando-o a trabalhar em prol da classe e desejando-lhe felicidades.

Pelo telefone comunica-se ao ministro da instrução que o Congresso irá cumprimentá-lo em seguida ao encerramento da sessão porque a assembleia assim o aprovou, por unanimidade.

O sr. Belmiro Xavier alvitra que todas as reclamações da classe que estão pendentes e outras sejam feitas ao novo conselho pelos delegados dos núcleos a fim de que o mesmo Conselho trate delas oportunamente, o que é aprovado por aclamação.

À meia noite, diz o sr. presidente, irá pagar-se ao ministro da instrução a sua visita feita na véspera ao Congresso.

Apontando para a mesa da imprensa o sr. Belmiro Xavier diz: "Acompanhando os trabalhos do Congresso há ali criaturas que representam uma parte da imprensa de Lisboa e que os professores primários ensinaram a ler — o que é verdade, assim como ensinaram tantíssimos outros que só tem feito mal ao professorado, inclusive demitindo professores por motivos políticos."

Propõe um voto de saudação com agradecimento à imprensa da capital, que ali se tem representando e um voto idêntico ao ministro da instrução pela cedência do teatro.

No Congresso fizeram-se representantes: o Diário de Notícias, A Época, O Mundo, A Opinião, O Século, A Vitória e A Batalha.

A saudação, porém o e agradecimento tornam-se extensivos a todos os jornais que, embora não representados no Congresso, se ocuparam dele e do movimento do professorado primário.

A assembleia aprova a proposta do sr. Belmiro Xavier, em relação à imprensa, acolhendo a dita proposta com uma prolongada e nutrida salva de palmas.

Levantam vivas à imprensa, à pátria, à república e ao professorado primário.

Fala em seguida o sr. Faria Artur, de Lisboa, propondo a fundação de "A Lutuosa", sociedade para auxílio à viúva e aos filhos orfãos dos professores primários.

O sr. Belmiro Xavier diz que aplaude, sempre, as ideias generosas e altruístas, sem contudo, lhes fazer elogios. Louva o sr. Faria e Sousa pela sua iniciativa, que pertence também ao sr. Elmino Moreira, alvitando que a ideia seja submetida à apreciação dos diversos núcleos para que lhe deem realização.

O sr. Elmino Moreira expõe ao Congresso o plano da constituição da sociedade, alvitando o sr. Alberty que se estude bem o mesmo plano a fim de generalizá-lo a todo o país.

O sr. Almeida e Costa, de Coimbra, propõe que se publique uma revista pedagógica para substituir O Professor Primário, órgão do professorado primário, propondo também que se publique um diário de informação para defesa dos interesses da classe, e por meio de acções liberadas de 1 de escudo cada uma.

Discute-se esta proposta.

A ideia fica lançada. O Conselho Central estudará o assunto, oportunamente, por indicação do sr. Belmiro Xavier, que preside e que declara que trabalhou com amor, sinceridade e dedicação.

Encontrou dedicação a seu lado, mas também inimigos seus e da união do professorado.

Agradece a compariência dos assistentes, congressistas e professores e bem assim das pessoas estranhas à classe e que ali se encontram.

Agradece aos representantes da imprensa que se encontram presentes e recomenda a leitura do que os jornais publicaram a respeito do Congresso para que seja reproduzido e fique registado no órgão da classe.

Trocaram-se cumprimentos. Fazem-se despedidas e agradecimentos diversos.

Faltam 15 minutos para as 24 horas.

O sr. Belmiro Xavier convida a assistência a acompanhá-lo ao ministério da instrução para cumprimentar o sr. Leonardo Coimbra e encerra o Congresso.

Notas várias

O sr. Barreto, delegado de Belmonte, pediu-nos para declarar em A Batalha, que o ministro da instrução lhe prometeu satisfazer oportunamente a admissão, naquele Instituto, de dois orfãos, filhos de professores do referido concelho.

Seguros Sociais Obrigatórios

Na reunião de ontem da direcção e da comissão de melhoramentos da Associação de Classe do Pessoal das Associações Mutualistas, foi largamente apreciada a disposição da lei estabelecendo os seguros sociais obrigatórios em Portugal, que dissolve as sociedades de socorros mútuos, passando os seus taveres para a posse do Estado. Por fim, foi aprovada uma moção em que se resolve que uma comissão de cinco membros proceda o ministro do trabalho, para saber se os interesses do pessoal assalariado das associações mutualistas ficam assegurados na referida lei. Debrui-se, a seguir, a convocação da assembleia geral, p. r. e q. em que se vai dar de lugar ao trabalho.

Foi já no Diário do Governo a ordem de pagamento dos Seguros Sociais Obrigatórios, tendo sido dada a modificação de 1.º de Maio de 1919.

O sr. do actual ministro.

## Diário sindicalista

## As greves

## Operários alfaiates

## Continuam em greve parcial — Uma saudação a A Batalha

Mantem-se no mesmo pé a greve parcial desta classe, tendo esta reunião ontem à noite, sendo lidos uns ofícios dos Sindicatos Ferroviário e do pessoal do Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional. Aprecia-se a resolução tomada pelos industriais e da qual se teve conhecimento, pelas notícias publicadas nos jornais, resolvendo-se responder a essa atitude com a maior intransigência. No final foi aprovada a seguinte moção:

"Considerando que a imprensa se abstém de publicar diariamente o extrato das nossas sessões; considerando que tal facto vem tão somente aumentar a grande corrente desfavorável ao nosso movimento;







